

de quadras desportivas, e servia sopas pré-preparadas em canecas, sob controle da Guarda Metropolitana. Em 1990 é realizada a primeira contagem da população de rua desmontando a leitura de indivíduos em mendicidade, construindo a referência um fenômeno bem mais abrangente.

Em 2002, na gestão Marta Suplicy, é iniciada a regulação das ações do órgão orientadas por normativas nacionais configurando a sua vida institucional nos termos da LOAS, da PNAS e as NOB's que vão desembocar no SUAS.

Dentre as medidas destacadas nesse momento, além da transferência das creches para a Educação, tem-se a aprovação de nova forma de relação com as organizações da sociedade civil que operavam os serviços socioassistenciais. Outra medida ao final dessa gestão foi a transferência das Supervisões Regionais de Assistência Social para as recém-criadas Subprefeituras, ocorrendo difícil período de gestão partilhada que não renderam frutos.

A promulgação da Política Nacional de Assistência Social em novembro de 2004 fez com que sua implantação tivesse início com o Secretário Floriano Pesaro, em 2005, que renomeia a pasta como SMADS-Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social titulação que mantém até 2016. Traço marcante dessa gestão foi o de alocar em SMADS os programas de transferência de renda o que ampliou significativamente seu orçamento e campo de gestão. É nessa gestão que se deu a municipalização de serviços assistenciais mantidos pelo Estado, incluídos em SMADS sob gestão conveniada. Neste momento ocorreu a recentralização em SMADS das Supervisões Regionais, medida aplicada a todas as áreas sociais que haviam sido inseridas nas subprefeituras.